

Uma recheada bibliografia, geral e para cada capítulo (pp. 139-151), e um índice analítico (pp. 155-159) prestam um bom serviço ao leitor que não se contentar com satisfazer a curiosidade e pretender estudar um dos capítulos mais intrigantes da história da religião do antigo Egito. Gravuras, fotografias e um mapa da cidade de Akhet Aton (Tell el-Amarna) ilustram a leitura já de si agradável. Oxalá os leitores lusófonos disponham brevemente de uma versão para língua de uso mais comum.

José Nunes Carreira

N. SHUPAK, *Where can Wisdom be found? The Sage's Language in the Bible and in the Ancient Egyptian Literature* (OBO 130), University Press Fribourg Switzerland/Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 1993. ISBN 3-7278-0899-3 (University Press Fribourg Switzerland) ISBN 3-525-53765-4 (Vandenhoeck & Ruprecht)

Neste volumoso tomo (XXXI+508 pp.), a Autora «aplica convincentemente» o «novo método que desenvolveu», ou seja: «Reúne em ambos os lados, Egito e Israel, os termos técnicos especificamente sapienciais, depois de delimitar os textos apropriados contra a restante literatura. Ambos os léxicos são então conscientemente comparados e fica claro que grande parte dos termos técnicos hebraicos que ocorrem exclusivamente ou prevalentemente só nos livros sapienciais têm correspondentes precisos nas Instruções egípcias, muito mais antigas» (palavras do malogrado Hellmut Brunner na «Apresentação/Geleitwort», p. XXIX).

A própria Autora se explica na «Introdução» (pp. 1-30). A publicação da Instrução de Amenemope (Londres 1923) criou as condições da investigação comparativa, iniciada no ano seguinte pelo «estudo pioneiro» do egiptólogo A. Erman, que falou da obra egípcia como fonte de Prov 22,17-23,11 – *Eine ägyptische Quelle der Sprüche Salomos*. E logo no mesmo ano e do lado dos estudos bíblicos (H. Gressmann) se fizeram outras aproximações – Amenemope tinha correspondências com Jer 17,5-8 e Sl 1. Em 1929 foi a vez de outro biblista (P. Humbert) ampliar os horizontes com *Recherches sur les sources égyptiennes de la littérature sapientiale d'Israël*. Até aos estudos mais recentes de M. Görg (1975), J. Zandee (1979), Kaligula (1980) e H. Brunner (1984).

Posto o fundo, a A. investe numa «área de investigação comparativa de escritos bíblicos e egípcios que até agora recebeu escassa

atenção» (p. 5), propondo três objectivos primários (p. 7: traçar um glossário de termos sapienciais egípcios, elucidar a semântica desses termos, clarificar o vocabulário sapiencial hebraico em relação com a terminologia egípcia) e expando a metodologia (pp. 8-10). Contando com a dificuldade de determinar o sentido das palavras em duas línguas mortas, avança-se para a «análise sincrónica de relações paradigmáticas e sintagmáticas» e «análise diacrónica». Interessa «a investigação semântica de um género literário particular, mais do que um inteiro sistema linguístico» (p. 9). As fontes hebraicas são Provérbios, Job, Eclesiastes (Qohelet), Salmos sapienciais e Ben Sira; as egípcias incluem não só a literatura propriamente sapiencial mas também textos escolares, inscrições reais, autobiografias e literatura religiosa. Destas elencam-se imediatamente as principais edições, estudos e versões em línguas modernas (pp. 21-30).

O corpo da Obra, demasiado denso para se poder resumir, espalha-se por nove capítulos: 1. «Instrução e termos de ensino» (pp. 31-45); 2. «Ensino e actividades didácticas» (pp. 46-77); 3. «O tipo humano negativo – traços e comportamento» (pp. 78-149); 4. «Tipo humano positivo» (150-182); 5. «Consequências do falhanço em tomar ensino – louco e loucura» (pp. 183-275); 6. «As partes do corpo envolvidas na instrução e sabedoria» (pp. 276-311); 8. «Termos sapienciais» (pp. 312-336); 9. «Conclusões» (pp. 337-354).

Para uma civilização acostuada a sobrevalorizar inteligência e memória, inconscientemente localizadas no cérebro, é curioso e certamente mais justo o entendimento dos antigos, que faziam entrar um conjunto de órgãos corporais no processo de aprendizagem – ouvido, língua, boca (com as relacionadas eloquência, loquacidade e contenção verbal), ventre e coração (onde continuamos a situar a memória ao falar em «decorar» e saber «de cor»).

Das conclusões ressalta que «ainda não pode ser compilado um léxico de termos sapienciais egípcios» (p. 340). Enquanto *gr* «estar em silêncio» e «silencioso» são correntes na literatura sapiencial egípcia, este epíteto típico do sábio egípcio só ocorre uma vez nos Provérbios. A «ganância», crucial na sabedoria egípcia, é marginal na sabedoria bíblica (pp. 342-343). «Falsidade», *gr* e «avareza», palavras-chaves na sabedoria egípcia, não ocupam posição análoga na sabedoria bíblica (p. 346). Que o mundo da natureza denunciado pelos sábios egípcios difere do dos sábios hebreus já se sabia da comparação de Prov 22,17-23,11 com o seu protótipo egípcio. Os primeiros lançam mão de comparações com as águas correntes, com o leão, a serpente; os segundos com a formiga, a águia, a cabra e o gafanhoto, familiares a quem vive na Palestina. O estudo leva a concluir que, «quando se trata

de contacto entre a literatura sapiencial bíblica e a egípcia, a hebraica foi influenciada pela egípcia e não vice-versa» (348). Não é fácil determinar o *Sitz im Leben* da sabedoria bíblica a partir dos contactos terminológicos entre os dois *corpora*. Tem-se postulado o nascimento da sabedoria de Israel na escola, à semelhança do que sabemos ter acontecido no Egito, «embora nem a Bíblia nem achados arqueológicos ofereçam algum género de prova inequívoca da existência de tal instituição no antigo Israel» (p. 349). Mas «a nossa investigação está em condições de confirmar a premissa que, como a sabedoria egípcia, as composições didácticas hebraicas se devam certo enquadramento educacional» (p. 349). «Seria, pois, de assumir que as primeiras instituições educacionais em Israel foram inspiradas por um arquétipo egípcio e que o Livro dos Provérbios, especialmente a sua segunda colecção, serviam de material didáctico nestas instituições» (pp. 350-351).

Quanto ao fundo histórico dos contactos entre a sabedoria bíblica e a egípcia salientam-se dois pontos: a) que ele existiu: «as provas acumulados no nosso estudo são suficientes para mostrar que os autores hebreus estavam bem a par ao menos de parte da literatura sapiencial egípcia. Fraseado e palavras egípcias, que não se encontram em mais nenhuma das composições do Próximo Oriente antigo, deixaram a sua marca na literatura sapiencial bíblica»; b) «Os primeiros contactos entre a cultura egípcia e a hebraica deram-se provavelmente durante o reinado de Salomão, de que se relata ter estabelecido laços permanentes com o Egito» (p. 353).

O «Epílogo», uma escassa página (355), quase desmorona a massa ingente de informação acumulada. Limita-se a citar e comentar brevemente as afirmações de dois sábios:

«Se eu tivesse frases *desconhecidas*, máximas que são estranhas, palavras *novas* não experimentadas, ditos não transmitidos...» (Khakheperre-sonb)

«Além disso, meu filho, escuta o aviso: o fazer muitos livros não tem fim: e muito estudo é uma *fadiga da carne*...» (Eclesiastes/Qohelet).

«Fadiga da carne» e do espírito é ter de saltar ao fim do livro (pp. 356-421) para compulsar as fartas e eruditas notas. Que esse seja o lugar da abundante «Bibliografia selecta» (pp. 422-449) já se esperava.

Remata-se com um «Índice de termos» – hebraicos, egípcios, coptas, aramaicos, ugaríticos, acádicos, árabes e gregos (pp. 450-471)

e um «Índice de fontes» – bíblicas, egípcias, semíticas do Oeste (Ahiqar), qumrânicas e clássicas (472-508).

José Nunes Carreira

J. F. QUACK, *Die Lehren des Ani*. Ein neuägyptischer Weisheitstext in seinem kulturellen Umfeld (OBO 141), Universitätsverlag Freiburg (Schweiz)/Vandenhoeck & Ruprecht Göttingen, 1994.

ISBN 3-7278-0984-1 (Universitätsverlag)

ISBN 3-525-5376-X (Vandenhoeck & Ruprecht)

Esta Obra, de âmbito claramente egiptológico e de literatura sapiencial egípcia, nasceu em Tubinga como tese de doutoramento, apresentada à faculdade de Ciências da Cultura em 1993. Na «Introdução», breve (pp. 1-4), justifica-se a escolha do tema, traçando a história do trabalho filológico em torno de Ani, de E. de Rougé (1861) a W. Schenkel (1998), considerando as versões de M. Lichtheim (1976, para inglês) e de H. Brunner (1988, 1991, para alemão) como as melhores. «A necessidade de um novo trabalho global parece ser clara, pois até hoje não está disponível um texto seguro, muitos problemas filológicos estão por resolver e o conteúdo, como ilustração não habitual do dia-a-dia egípcio, não recebeu a atenção que merece». Além disso, «tanto o progresso geral de Egiptologia como os novos manuscritos entretanto aparecidos fornecem uma base inteiramente nova». Para o Autor, não se deve falar em «Instrução de Ani», mas em «Instruções (Lehren) de Ani», não por imitação do francês («les maximes»), mas pelo próprio entendimento da história textual, «em que não existe uma Instrução fixa, mas versões redaccionalmente diferentes em muito, que em conjunto fazem a Instrução de Ani» (p. 3).

Com esta tomada de posição já se insinua a «técnica da presente edição» (pp. 26-28), aflorada no cap. «2: Manuscritos, história textual e questões editoriais (pp. 5-28). Sendo completamente impossível reconstituir um «texto original» e não sendo o manuscrito mais completo (B) o melhor, não há outro caminho senão apresentar as três versões (B, D, G) uma após outra, dando a transliteração e a tradução com notas em duas páginas paralelas. A crítica textual de obras literárias egípcias não pode, segundo o A., seguir os padrões da filologia clássica (pp. 13-18); mais próprio seria o modelo da «mouvance», usado na crítica textual da literatura francesa medieval. Só com crité-